

**HABEAS CORPUS Nº 539.967 - GO (2019/0310721-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : LUCIANO OLIVEIRA REZENDE  
**ADVOGADO** : LUCIANO OLIVEIRA REZENDE - GO052961  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
**PACIENTE** : JOAO HUMBERTO ESTRELA RODRIGUES QUEIROZ (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso ordinário, com pedido de liminar, impetrado em favor de **JOÃO HUMBERTO ESTRELA RODRIGUES QUEIROZ** em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Colhe-se dos autos que o paciente teve a prisão preventiva decretada pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Neste *writ*, o impetrante alega que o decreto preventivo tem fundamentação genérica.

Destaca, ainda, que "o paciente não foi preso em flagrante, tampouco foi achado qualquer indício de traficância ou mercancia em sua posse." Argumenta que a prisão do paciente está baseada tão somente no depoimento sem credibilidade dos corréus que disseram ter comprado a droga com o paciente.

Acrescenta que o paciente tem residência fixa e emprego lícito como auxiliar de escritório, conforme CTPS e contracheques em anexo, e que corre o risco de perder seu emprego, que é a sua única forma de sustento e de sua companhia.

Pleiteia a revogação da custódia preventiva ou sua substituição por medidas cautelares diversas.

O pedido liminar foi indeferido.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *habeas corpus* e pela não concessão da ordem de ofício.

**É o relatório.**

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo, assim, ao exame das alegações trazidas pela defesa a fim de verificar eventual constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem, de ofício.

De início, convém anotar que, embora a defesa sustente ausência de indícios de autoria, observa-se que tal questão não foi objeto de análise no acórdão impugnado, sob alegação de "ser inviável, na seara da presente ordem, o exame acerca da tese de negativa de autoria, vez que o remédio de *habeas corpus* é ação mandamental de natureza constitucional, que reclama prova pré-constituída". (e-STJ, fl. 175)

E, de fato, segundo jurisprudência desta Corte, é incabível, na estreita via do

*habeas corpus*, a análise de questões relacionadas à negativa de autoria, por demandar o reexame do conjunto fático-probatório dos autos (HC 530.578/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 12/11/2019, DJe 25/11/2019).

Quanto à alegada falta de motivação para a segregação cautelar, melhor sorte não assiste ao paciente.

O Juiz sentenciante decretou a prisão cautelar sob os seguintes fundamentos:

"Inclusive, deve ser decretada a preventiva de JOÃO HUMBERTO ESTRELA RODRIGUES DE QUEIROZ, para garantia da ordem pública, ante as circunstâncias do caso que, pelas características delineadas, retratam, in concreto, sua periculosidade, considerando os fortes indicativos de que a atividade criminosa era reiterada.

Aliás, possui condenação transitada em julgado por tráfico de droga, com data anterior a este fato, conforme folha de antecedentes de fl. 135, o que revela sua propensão ao ilícito, circunstância apta a caracterizar claro desrespeito à ordem pública.

Daí porque se emoldura absolutamente necessária a ordenação do claustro preventivo, como modus para recompor a abalada paz social; Logo, em caso que tal, "a não decretação da prisão pode representar indesejável sensação de impunidade, que incentiva o cometimento de crimes e abala a credibilidade do Poder Judiciário" (cf., STF - HC 83.868/AM, Tribunal Pleno, Relatora Min. ELLEN GRACIE, DJe de 17.04.2009).

Portanto, a prisão se impõe como mecanismo de contenção de seu ímpeto delitivo.

Ex positis, para a garantia da ordem pública, consoante art. 312 do CPP decreto a prisão preventiva de JOÃO HUMBERTO ESTRELA RODRIGUES DE QUEIROZ, já qualificado." (e-STJ, fls. 35-36)

O acórdão impugnado esclareceu ainda:

"Quanto à ausência dos pressupostos autorizadores do artigo 312, do Código de Processo Penal, e conseqüente falta de fundamentação da decisão que decretou a prisão preventiva (fls. 33/34), vê-se que a autoridade impetrada fundamentou suficientemente a necessidade da manutenção da prisão cautelar, tendo em vista a prova da existência do crime e dos indícios suficientes da autoria, bem como a presença dos requisitos autorizadores da custódia cautelar, ressaltando ser necessária a prisão preventiva para garantir a ordem pública, em razão da gravidade concreta da conduta perpetrada, e também para evitar a reiteração delitiva, vez que o paciente possui condenação definitiva pelo mesmo delito (tráfico ilícito de drogas), tratando-se de reincidente específico, conforme destacado pelo magistrado e confirmado em consulta ao SPG (Sistema de Primeiro Grau).

Ressaltando, ainda, que conforme as informações prestadas pela autoridade coatora, foram apreendidas "04 (quatro) tabletes grande de maconha, 06 (sies) porções fragmentadas desse vegetal, além de uma porção de cocaína e dois comprimidos de ecstasy." (fl. 56)

Assim, diante da existência de elementos concretos aptos a justificar a custódia antecipada, mantém-se o decreto prisional, baseado na garantia da ordem pública." (e-STJ, fl. 175)

De acordo com o art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

No caso, observa-se que a custódia cautelar está suficientemente motivada na garantia da ordem pública, haja vista a gravidade do fato e a reiterada conduta delitiva do agente.

Segundo consta, ao paciente foi atribuída a propriedade de 4 tabletes grandes de maconha, 6 porções fragmentadas desse vegetal, uma porção de cocaína e dois comprimidos de *ectasy*. Ademais, conforme ressaltado, ele é reincidente específico no delito de tráfico de drogas.

Com efeito, "A persistência do agente na prática criminosa justifica, a priori, a interferência estatal com a decretação da prisão preventiva, nos termos do art. 312 do CPP, porquanto esse comportamento revela uma periculosidade social e compromete a ordem pública" (RHC 118.027/AL, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 14/10/2019).

No mesmo sentido:

"*HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. SUBSTITUIÇÃO POR CAUTELARES DIVERSAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. DENEGADA A ORDEM.

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas -, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. Conquanto não seja elevada a quantidade de droga apreendida, são idôneos os motivos apontados para justificar a prisão preventiva do paciente, por evidenciarem o risco de reiteração delitiva, visto que, cerca de trinta dias após haver sido beneficiado com a concessão de liberdade provisória, o acusado foi novamente preso em flagrante, pela suposta prática de delito de mesma natureza, e já registra condenação criminal na ação penal relativa a tais fatos, circunstância suficiente, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, para a imposição da custódia provisória.

3. Por idênticas razões, a adoção de medidas cautelares diversas não se prestaria a evitar o cometimento de novas infrações penais (art. 282, I, do Código de Processo Penal).

4. Denegada a ordem."

# Superior Tribunal de Justiça

(HC 511.692/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 01/10/2019)

Vale anotar, ainda, que é inviável a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas, pois a gravidade concreta da conduta delituosa indica que a ordem pública não estaria acautelada com a soltura do paciente. Sobre o tema: RHC 81.745/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 09/06/2017; RHC 82.978/MT, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 09/06/2017; HC 394.432/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 09/06/2017.

Por fim, consigne-se que o fato de o paciente possuir condições pessoais favoráveis, tal qual emprego lícito, não impede, por si só, a decretação de sua prisão preventiva, consoante pacífico entendimento desta Corte: RHC 95.544/PA, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 22/3/2018, DJe 2/4/2018; e RHC 68.971/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 26/9/2017, DJe 9/10/2017.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator